

## A sustentabilidade como dispositivo de fala no jornalismo: da exclusão à reconfiguração do discurso ambientalista no jornalismo brasileiro

Sustainability as a device of speech in journalism: From exclusion to the reconfiguration of environmental discourse in Brazilian journalism

**Isac de Souza Guimarães Júnior**

Mestre em Comunicação, pela Universidade Federal Fluminense (UFF); doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense.

### **Resumo**

Este estudo procura percorrer as trajetórias e os deslocamentos do discurso ambientalista em sua articulação com o conceito de “desenvolvimento sustentável”, tal como apresentado no decorrer dos anos 1990 a partir da Conferência ECO-92, como a nova fórmula para superação dos efeitos destrutivos do desenvolvimento. A incorporação às práticas e aos espaços da mídia da nova estratégia discursiva amparada na noção de sustentabilidade fornecerá ao jornalismo brasileiro novas possibilidades de posicionamentos e formas de tratar as questões ligadas à temática ambiental, à medida que novos sujeitos e agências se credenciam como legítimos nas disputas pelos significados públicos dessa questão, bem como na oferta de soluções consideradas mais adequadas.

**Palavras-chave:** sustentabilidade, jornalismo, apropriação discursiva.

### **Abstract**

This study investigates the trajectories and displacement of environmental discourse in its articulation with the concept of “sustainable development”, as shown over the years since 1990 Eco-92 Conference, as the new formula for overcoming the destructive effects of development. Incorporating the practices and the media spaces of the new discursive strategy, supported by the notion of sustainability will provide new possibilities for Brazilian journalism positions and ways to address issues related to the environment, as new individuals and agencies are being accredited as legitimate in disputes the public meanings of this issue and in offering solutions considered most appropriate.

**Keywords:** sustainable development, journalism, discursive appropriation.

## A sustentabilidade como dispositivo de fala no jornalismo: da exclusão à reconfiguração do discurso ambientalista no jornalismo brasileiro

### 1. O Cenário

A relevância da chamada questão ambiental parece encontrar-se hoje bem estabelecida, especialmente se forem levados em consideração os discursos que buscam visibilidade nos meios de comunicação. Articulado a uma crescente preocupação da mídia em informar sobre tais questões – haja vista o aumento dos espaços editoriais, das edições especiais e, mesmo, das tentativas (ainda que limitadas) de uma abordagem transdisciplinar –, um conjunto também crescente da população parece considerar-se bem informado sobre meio ambiente, aquecimento global e efeito estufa, dentre outras variantes do problema como um todo. De tal modo que, excetuando-se grupos minoritários localizados em cada extremidade da questão – os defensores de um desenvolvimento a qualquer custo e os partidários de uma preservação que ignora o crescimento econômico –, a grande maioria das pessoas considera-se favorável a uma relação de equilíbrio entre desenvolvimento e natureza.

Entretanto, quando se analisam tais manifestações e a maneira como elas ocorrem nos espaços da mídia, o traço que se faz marcante é o conflito decorrente, sobretudo, da multiplicidade de posições ideológicas, visões e interesses implicados na problemática. Desde os últimos anos da década de 1980 e início dos 1990, as tentativas de imbricação das duas lógicas tenderam a orientar os debates, produzindo, ainda assim, múltiplos sentidos, pesos e avaliações em torno da noção que nasceu com a promessa de reconciliar, conceitualmente, lugares tão distintos de compreensão do mundo. Coube, assim, ao conceito de “desenvolvimento sustentável” – ou simplesmente “sustentabilidade” – a tarefa de articular preocupações (e ações) que dessem conta de uma articulação mais complexa da dinâmica homem-natureza.

O termo foi tornado público pela primeira vez em 1987, no relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente, criada pela Organização das Nações Unidas (ONU). O documento que ficou conhecido como “Nosso Futuro Comum” e, diante das preocupações com o modelo de desenvolvimento adotado pelos países ricos e reproduzido por aqueles considerados em desenvolvimento, estabeleceu conceitualmente que deve ser chamado de “desenvolvimento sustentável” aquele capaz de atender às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem às suas próprias.

Alvo de críticas de variados setores do ambientalismo internacional desde os anos 1960 e tida como uma das forças mais importantes da ideia de modernidade, a noção de desenvolvimento encontrou, na segunda metade do século XX, os limites aparentes de uma expansão até então tida como infinita. Tais limites – já sinalizados desde 1972 no relatório “Limites do Crescimento”, produzido por uma comissão que ficou conhecida como Clube de Roma – se manifestam seja

no receio de esgotamento dos recursos que alimentam a produção de bens de consumo, seja no agravamento das condições atmosféricas atribuído à ação antrópica, ou mesmo na precarização das condições de vida nas grandes metrópoles, ante os altos índices de poluição e de violência social, tudo isso produzindo cenários catastróficos dignos dos mais aterrorizantes e lucrativos roteiros de ficção hollywoodiana. O medo da catástrofe tornou-se, assim, não o impulsor de mudanças, um incremento na comercialização de produtos da indústria cultural.

Diante desse cenário e da relativa visibilidade alcançada pelos movimentos ambientalistas, cujos questionamentos não poupam a lógica da produção capitalista e sua correlata cultura de consumo, autores como Sachs (1997) identificaram a percepção, por parte de agentes de mercados e governos, da necessidade de manobras estratégicas que sinalizem, no âmbito dos mercados e da governança, a adoção de preocupações de cunho ambiental.

Articulada a essa mudança de compasso nos discursos oficiais, a mídia vê-se diante da imperiosa necessidade (e oportunidade) de comunicar as catástrofes ambientais. A partir daí, observou-se a incorporação aos discursos midiáticos de expressões como sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental, produção limpa, economia verde, produção verde, consumo sustentável, desperdício zero e compromisso ecológico, dentre outras variações desse viés de uma economia “preocupada” com o bem-estar das pessoas e com a preservação da natureza.

Tendo figurado até meados da década de 1980 como bandeira típica de ambientalistas considerados “radicais”, “ecoixitas” ou “ecomaniacos”, organizados em movimentos de caráter predominantemente social e político, a nova onda se generalizou a ponto de integrar obrigatoriamente plataformas partidárias, currículos escolares, campanhas de *marketing* empresarial e governamental e, mais recentemente, passou a fazer parte até a lista de pecados capitais editada pelo Vaticano, que prevê sanções espirituais para quem não manifestar preocupações com a natureza. Conforme observou Castells (1999: 141), a questão consolidou-se de tal forma que “grandes empresas, inclusive as responsáveis por uma grande emissão de poluentes, passaram a incluir a questão do ambientalismo em sua agenda de relações públicas, e também em seus novos e mais promissores mercados”.

É nesse contexto amplo da disseminação social de tal problemática e de sua incorporação a uma lógica das representações culturais, própria dos tempos atuais, que interessa a este trabalho explorar alguns dos aspectos implicados nessa trajetória da questão ambiental, sobretudo na mudança discursiva que parece resultar de um deslocamento dos embates do campo de uma ação política mais direta (identificada, inclusive, com mobilizações sociais) para a esfera do merca-

## A sustentabilidade como dispositivo de fala no jornalismo: da exclusão à reconfiguração do discurso ambientalista no jornalismo brasileiro

do, demarcando uma passagem para formas de representação dessa temática nas quais a dimensão estética ganha maior proeminência. Nesta passagem, a noção de sustentabilidade torna-se elemento estruturante, seja como dispositivo (FOUCAULT, 1999) produtor de novas falas e de novos modos de enunciá-las, seja como promessa de novas respostas aos desafios de uma crise civilizacional que se avoluma. É no percurso desse movimento, portanto, que se busca perceber alguns dos traços mais salientes da incorporação da temática ambiental pelos espaços midiáticos, em especial pelo jornalismo, mas também pela publicidade, esta muitas vezes escavando legitimidade nas agendas e pautas construídas segundo a lógica do acontecimento noticiável e estabelecendo articulações que se fazem importantes no traçado da questão ambiental como fenômeno social e historicamente relevante, em especial numa sociedade que se revela movida (e coagida) pelo constrangimento.

Assim, as reflexões aqui apresentadas constituem as linhas gerais de uma pesquisa que tem como proposta reconstituir os percursos discursivos do ambientalismo no Brasil em seu acontecimento nos espaços da mídia. Uma investigação que toma como pistas representações construídas em torno e a partir de eventos com grande potencial de mobilização pública – como o caso das grandes conferências sobre meio ambiente ou de mobilizações sociais –, a partir dos quais se busca apreender seus desdobramentos e reconfigurações em acontecimentos e fenômenos menores. Para tanto, neste ensaio, valeu-se de publicações realizadas entre 1991 e 2002, em especial no jornal *Folha de S. Paulo* e na revista *Veja*, período em que se procurou perceber alguns efeitos da disseminação da sustentabilidade como estratégia de abordagens da problemática ambiental.

### 2. Da reciclagem do jornalismo e da reabilitação de um modelo

A compreensão das conexões entre mídia, mercado e a construção da problemática ambiental constitui um passo importante na tarefa de demarcar o contexto de surgimento e os sentidos assumidos pela sustentabilidade como um novo dispositivo ordenador e produtor de falas, reestruturando tanto as formas de se falar da questão ambiental quanto a legitimidade de um modelo de desenvolvimento, por sua vez questionado tanto em suas implicações sociais como ambientais.

Analisando-se algumas posturas manifestas sobre essa temática, a partir de experiências e reflexões advindas do próprio campo do jornalismo, parece produtivo pensar o posicionamento de jornalistas como Roberto Villar, ao colocar em suspeição a relação estabelecida entre certos segmentos do campo jornalístico e agentes do setor produtivo. Segundo ele:

As grandes indústrias fazem campanhas publicitárias e plantam notícias na imprensa, mas veladamente exercem um forte *lobby* para afrouxar a legislação ambiental e desacreditar as ONGs. Nos discursos, defendem a liberdade de imprensa e a democracia. Nos bastidores, são soldados de uma conspiração do silêncio para que a população receba apenas a versão dos poluidores. A imprensa brasileira dificilmente trata dos problemas ambientais com profundidade na pauta das discussões públicas. As exceções são fruto de um esforço pessoal e isolado. O meio ambiente é manchete e ganha espaço e tempo na cobertura diária quando acontecem desastres, ou quando os assuntos repercutem no exterior (VILLAR, 1997).

Evidentemente, a condição de texto datado de final dos anos 1990 permite dar conta da complexidade crescente que a temática foi assumindo tanto na sociedade em geral quanto nos espaços midiáticos, motivando, por exemplo, toda uma produção regular, com editoriais próprias, maior frequência de edições especiais e, mesmo, tentativas de abordagens transversais. Todavia, para o propósito de compreender a evolução dessa questão nas mídias em sua historicidade, o testemunho do jornalista parece fornecer pistas interessantes de como se vai construindo uma percepção pública de que é necessário falar de meio ambiente, sobretudo partir de perspectivas associativamente positivas em relação aos enunciadores.

As limitações identificadas pelo jornalista num tipo de tratamento que focalizava os efeitos acabam por deixar de fora relações inerentes aos processos produtivos – seja os da notícia, seja os do mercado –, em sua forma social e histórica, numa espécie de “blindagem ideológica” que deixa como alternativas exequíveis apenas as oferecidas via mercado (JAMESON, 2002), quer na produção ou no consumo, quer naquelas proposições que depositam exacerbada confiança na tecnologia, o que, em última instância, acaba por intensificar ainda mais as relações de mercado (LIPOVETSKY, 2007). Como consequência, crescem as dificuldades de se construir alternativas pautadas no debate aberto entre os vários sujeitos implicados nos processos.

Do ponto de vista da encenação pública da questão e da maneira como ela vai sendo significada pelos diferentes sujeitos que compõem a teia que a constitui enquanto preocupação coletiva, as potenciais conquistas implicadas na noção de sustentabilidade, pelo caráter hegemônico dos princípios que a colonizam, acabam por trazer em si um efeito renovador de um certo consenso em torno da ideia de desenvolvimento. Neste sentido, parece bastante plausível a reflexão proposta por Sachs (2000) ao sintetizar a articulação entre “desenvolvimento” e “sustentabilidade”, enfatizando que, da maneira como essas duas noções são significadas publicamente, resulta um efeito retórico segundo o qual

## A sustentabilidade como dispositivo de fala no jornalismo: da exclusão à reconfiguração do discurso ambientalista no jornalismo brasileiro

Não há desenvolvimento sem sustentabilidade; não há sustentabilidade sem “desenvolvimento”: é a fórmula que institui o recém-criado vínculo. “Desenvolvimento” emerge rejuvenescido desta ligação, o conceito agonizante recebendo outro sopro de vida. Isto nada mais é que repetir um estratagema comprovado: sempre que, nos últimos 30 anos, os efeitos destrutivos do desenvolvimento eram reconhecidos, o conceito era esticado de maneira que englobasse a lesão e a terapia. Por exemplo, quando ficou óbvio, por volta de 1970, que a corrida pelo desenvolvimento realmente intensificava a pobreza, inventou-se a noção de “desenvolvimento equitativo” para reconciliar o irreconciliável: a criação da pobreza com a abolição da pobreza. Na mesma trilha, o Relatório Brundtland incorpora a preocupação com meio ambiente para dentro do conceito de desenvolvimento, erigindo o “desenvolvimento sustentável” como abrigo conceitual tanto para agredir como para sanar o meio ambiente (SACHS, 2000: 121).

Se for transposto esse raciocínio para a reflexão no campo da comunicação e do discurso, pode-se considerar que o que ocorre na articulação do discurso jornalístico – em um intenso processo de intertextualidade com os discursos emanados do mercado e da cultura – com as incômodas falas oriundas dos movimentos ambientalistas pode ser entendido, segundo a definição adotada por Barthes (1978), como um roubo de fala, ou seja, um mito, conforme categoria proposta por esse mesmo autor. De acordo com a análise de uma série de produtos midiáticos, Barthes argumentou que os mitos modernos produzem sentidos por meio de uma operação semiológica que consiste da apropriação, do enfraquecimento e da ressignificação de signos partilhados socialmente, criando uma segunda cadeia significativa, o mito. Para ele, portanto, “o mito é uma fala roubada e restituída. Simplesmente, a fala que se restitui não é a mesma que foi roubada: trazida de volta, não foi colocada no lugar exato” (BARTHES, 1978: 146). Tal processo de apropriação de signos (significantes plenos de significados) já partilhados socialmente revela-se problemático da perspectiva de uma ética precisamente porque confere a essa fala “pronta” o sentido de natureza, de uma motivação (em oposição à arbitrariedade) do signo que lhe confere força ideológica graças à historicidade (enfraquecida) do signo apropriado, mas no qual também sussurra uma outra voz; uma operação que apaga o caráter artificial e construído da linguagem que, neste processo, tende à estabilidade.

Quando se analisa o modo como os discursos ambientalistas *stricto sensu* são representados em veículos de referência, como é o caso de *Veja*, desde as primeiras manifestações no Brasil, no início da década de 1970, um traço que ganha destaque é o de um intenso processo de estigmatização dessas vozes. Na medida em que o que se dá a conhecer desses sujeitos é uma faceta de radicalismo, falta de equilíbrio e moderação, suas demandas tendem a ser igualmente desqualificadas do conjunto das demandas sociais con-

sideradas legítimas para decair ao patamar dos caprichos ideológicos. Ao se ler na edição de 12 de junho de 1972, em reportagem sobre a primeira Conferência Internacional de Meio Ambiente, que é “pelo terror generalizado que a palavra ‘poluição’ vem espalhando no mundo que diplomatas de 109 países, políticos, cientistas, jornalistas, ‘ecomaníacos’ e até mesmo 30 mil *hippies* se encontraram na semana passada em Estocolmo”, e que o evento, em dado momento, chegou a ser qualificado de “Woodstockholm”, fica patente um processo de estigmatização destinado a segregar esses discursos como a fala do louco (FOUCAULT, 1999), do irracional. Por outro lado, quando esses discursos passaram por uma incorporação mais efetiva nos espaços da revista, a partir de 1992, por ocasião da segunda Conferência Mundial do Clima, o que se verificou foi uma significativa mudança no modo como a questão foi enunciada, na medida em que se viu significativamente deslocada tanto em relação aos lugares típicos quanto aos sujeitos enunciadorees da problemática.

Não se trata de sustentar que ocorra um processo radical de exclusão dos discursos ambientalistas mais combativos e questionadores. Eles continuam tendo lugar na cobertura jornalística de *Veja*, embora profundamente marcados pelos traços indicados acima. O que há de novo, em relação à posição refratária às questões ambientais mais sistêmicas assumidas até então, é a constituição de um lugar de legitimidade que permita disputar os sentidos da problemática a partir de outra perspectiva e mediante o credenciamento de outros atores sociais, nomeadamente os setores empresariais e parcelas da comunidade científica, assim como a própria revista com seus especialistas e todo o referencial de credibilidade que fundamenta seu dizer.

Ainda durante os preparativos para a realização da ECO-92, os deslocamentos aqui apontados já se refletiam nas formas de enquadramento da questão e do próprio evento. Se, por um lado, a conferência de 1972 podia ser apelidada de “Woodstockholm”, em razão de uma certa identidade do público ali presente, na de 1992 anunciou-se “a conversão do capital”, assinalando que “as 48 maiores empresas do planeta se reúnem na ECO-92 para mostrar que o respeito ao meio ambiente é parceiro dos bons negócios” (*Veja*, 22 de abril de 1992: 62-63). Antes mesmo, em outubro de 1991, também era anunciada a presença nos debates ambientais de um “ecologista de gravata”, ou seja, um “empresário [que] diz que árvores e água limpa são bens econômicos e que uma nação será pobre se não preservar seu ambiente” (*Veja*, 16 outubro de 1991: 71).

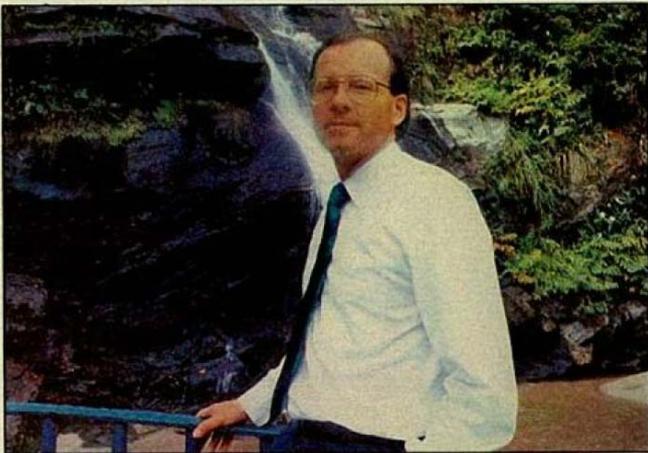
Concomitante à ocorrência desse processo de constituição de outros parâmetros e atores credenciados para a abordagem do tema, parece continuar sendo tarefa importante neutralizar as intervenções de um ambientalismo mais *stricto*

**A sustentabilidade como dispositivo de fala no jornalismo: da exclusão à reconfiguração do discurso ambientalista no jornalismo brasileiro**

*sensu*, agora não mais somente a partir de uma classificação que imputa critérios meramente ideológicos, mas mediante a ausência de pragmatismo do discurso ambientalista quando confrontado com o discurso “eficiente” do mercado.

**RADAR**

**ANCELMO GOIS**



**Schmidheiny: um “cala-boca” de 100 milhões de dólares**

**Verdinhas invadem a Amazônia**

O ensurdecido blablablá ecológico de ocasião deveria incluir o suíço Stephan Schmidheiny na pauta de debates. A conversa ficaria menos estéril, mais produtiva. Em vez de abobrinhas, Stephan vai plantar 100 milhões de dólares num projeto de reflorestamento na região mais devastada por queimadas no Pará. A troca de nada. O seu negócio é produzir cimento nos EUA e na Europa, mas a consciência ecológica o empurrou para a presidência da Business Council for Sustainable Development, uma confraria de empresários que tem ajudado a ONU na organização da Eco 92. As 100 milhões de “verdinhas” que saem de seu bolso para colorir a Amazônia inauguram a temporada de iniciativas concretas para a melhoria do meio ambiente no Brasil. O resto é uma imensa conversa fiada que vai recheiar a programação paralela da Eco 92 com uma penca de temas miúras.

*Veja*, 22 de maio de 1991: 25.

Paradoxalmente, é no momento de maior estigmatização e separação de determinadas vozes previstas para o evento anunciado e na elevação de outras como interlocutoras privilegiadas do discurso jornalístico que o texto mais deixa à mostra sua identidade, estabelecendo maiores condições de diálogo, na medida em que parece se dirigir a um imaginário empreendedor para o qual o pragmatismo e a possibilidade de traduzir os problemas numa linguagem técnica (preferencialmente numérica) se tornam o código de prestígio. Qualquer outra forma de debate, envolvendo, por exem-

plo, uma argumentação pública multiperspectiva, como parecem requerer as questões ambientais, no discurso da revista torna-se “uma imensa conversa fiada”, recheada de um “ensurdecido blá-blá-blá ecológico de ocasião”. Paradoxal exatamente porque contraria as normas do que, no discurso do jornalismo sobre suas próprias práticas, seriam as normas do bom jornalismo, fundadoras da credibilidade desse campo<sup>1</sup>. Poder-se-ia argumentar que a diferença na forma de organização do texto deve-se ao fato de tratar-se de uma coluna individual, espaço onde ao jornalista seria permitido “transgredir” a norma e se colocar como sujeito. É como se, para esses espaços, convergisse tudo o que não cabe na alegada seriedade e assepsia do padrão que se tornou hegemônico. Ou como se nele se conseguisse suprimir as tensões e os conflitos inerentes às relações que marcam todo e qualquer processo comunicativo.

Foi, assim, a partir da emergência do conceito de sustentabilidade, disseminado como lógica operativa a partir da ECO-92, que teve início um progressivo processo de pulverização de falas (RESENDE, 2007) sobre meio ambiente, sobretudo entre atores e setores inicialmente não identificados de maneira direta com a causa, como os agentes do mercado, ou entre aqueles diretamente implicados, mas sem voz nos debates públicos, como grupos indígenas e populações tradicionais, dentre outros. Foi também o momento em que começou a ganhar corpo um novo tipo de agência social que foi se institucionalizando na forma das organizações não governamentais (ONGs), as quais passaram, também, a disputar os sentidos e proposições em torno do ambiental.

Foi, de tal modo, a partir desse acontecimento-chave – a ECO-92 – e da apresentação da sustentabilidade como fórmula, que a questão do meio ambiente ganhou novas tonalidades e modos de existência nos discursos da mídia, abrindo perspectivas bem mais otimistas para o tratamento do problema. O conceito de “desenvolvimento sustentável”, portanto, não veio apenas em socorro de um imaginário do progresso e de um modelo de desenvolvimento tão caros à noção de modernidade (SANTOS, 2000). Sua institucionalização nos discursos governamentais, empresariais e sociais por meio da ação das ONGs, por exemplo, permitiu ao jornalismo, mediante o intenso sistema de fluxos que estabeleceu com esses campos, reconstruir em seu regime de práticas discursivas, num processo fortemente marcado pela intertextualidade e interdiscursividade (FAIRCLOUGH, 2001) –

<sup>1</sup> A abordagem das condições de existência e funcionamento das práticas no campo do jornalismo, bem como a discussão sobre modelos, formatos, hierarquias e regimes de legitimidade dentro do campo serão aprofundados no capítulo 1, ainda em fase de elaboração nesta tese.

## A sustentabilidade como dispositivo de fala no jornalismo: da exclusão à reconfiguração do discurso ambientalista no jornalismo brasileiro

ou mesmo por um processo de “devoração do outro” (BAITELLO, 2010) – uma ordem que lhe forneceu maior “segurança” na hora de situar e significar as tensões em torno da pauta ambiental, possibilitando a construção de perspectivas amplamente favoráveis à retomada de uma dinâmica do desenvolvimento.

No decorrer da década de 1990, conforme foi se naturalizando a nova ordem discursiva para o tratamento da temática e se renovando a legitimidade em torno de uma visão desenvolvimentista, a própria causa ambiental também se converteu em novo vetor de reprodução do capital, seja na forma de novos produtos apresentados como “ecologicamente corretos”, seja na sua transfiguração em imagem – um processo que poderia ser enfocado sob a perspectiva daquilo que Flusser (BAITELLO, 2010) chamou de “escalada da abstração” ao se referir a uma progressiva subtração das dimensões espacotemporais do “mundo da vida” em direção a uma zero dimensionalidade representada pelos pontos, *pixels* ou fótons que compõem as imagens técnicas. Neste caso, o discurso ambientalista que se tornou abstruído ou apropriado, para usar uma expressão de Barthes, passou a funcionar mais como

Uma reserva instantânea de história, uma riqueza submissa, que é possível aproximar e afastar numa espécie de alternância rápida: é necessário que a cada momento a forma [discurso apropriador] possa reencontrar raízes no sentido [discurso apropriado], e aí se alimentar; e, sobretudo, é necessário que ela se possa esconder nele (BARTHES, 1978: 140).

De maneira que, ao se observar tamanha proliferação de vozes e significados ao redor da questão ambiental, compreendeu-se como um gesto ético e político necessário interrogar que vozes e sentidos são esses que se abrigam sob a premência de tais significantes que se apresentam.

Nos anos que se seguiram à apresentação da noção de sustentabilidade como promessa de reconciliação entre os sentidos de desenvolvimento e devastação, seus efeitos se disseminaram e se aprofundaram social e geograficamente nos mais diversos recantos e comunidades, desdobrando-se em práticas levadas pela ação de ONGs e adotadas por diferentes níveis de governo. Tais efeitos articularam-se a lógicas, conhecimentos e culturas locais, aos quais esse discurso buscou se associar a fim de produzir identificações em que o mundo natural, trazido em sua quase virgindade, ganhou destaque em cores e expressões-chave, constituindo campos semânticos tais que permitissem falar de determinada atividade produtiva, como exploração madeireira, por exemplo, e fazendo com que ali fossem ouvidas duas vozes: a de um fazer que explora e, não obstante, salva.

O caso mais interessante desse processo pode ser visualizado no modo como se buscou reconfigurar uma identidade “ambientalmente correta” para a extração comercial de madeira na Amazônia, ao se convocar a imagem ecológica de comunidades extrativistas e indígenas a fim de “esverdear” práticas marcadas como devastadoras. Nesse processo, a atuação ou a mera aceitação do chamado manejo madeireiro sustentável, por parte das comunidades, inclusive no interior das reservas extrativistas – áreas concebidas para abrigar apenas atividades consideradas tradicionais, como a produção de borracha, a coleta de frutos, castanhas, resinas etc., jamais madeira –, passou a fornecer essa chancela, oferecendo o componente natural figurativo capaz de reciclar simbolicamente práticas tidas como vilãs no contexto da devastação ambiental (GUIMARÃES, 2008).

A renovação ideológica propiciada pelo reordenamento discursivo da sustentabilidade acabou por afetar múltiplas esferas da produção do real, numa escala que vai do revigoreamento de um ideário em torno do modelo produtivo, passando pela “reciclagem” de identidades produtivas deterioradas no confronto com os dilemas ambientais, até, no plano das práticas discursivas que envolvem a produção de notícias, reabilitar modos de falar da questão ambiental que eliminam o conflito como componente central dessa problemática.

Seguindo as pistas desse trabalho de resgate da legitimidade de um modelo e das formas de narrar seus processos, identificou-se, em um conjunto de textos publicados na *Folha de S. Paulo*, o modo como a nova “onda verde” foi se afirmando como estratégia produtora de falas, à proporção que também foram se reposicionando as vozes dos principais agentes que compõem a teia discursiva em torno da questão ambiental. Os textos que seguem, publicados entre a segunda metade dos anos 1990 e início dos 2000, constituem evidências importantes dos processos que se buscou aqui apreender, em especial no que diz respeito a uma utilização das falas e da imagem irradiada desses (outros) sujeitos da floresta como fornecedores de uma espécie de selo de boas práticas, na medida em que toda uma história e memória de um movimento – no caso específico, o movimento de seringueiros liderados por Chico Mendes – viu-se colocada a serviço da instauração de lógicas outras, em certo sentido frontalmente oposto às motivações daqueles movimentos. Entretanto, nas soluções oferecidas através do discurso da sustentabilidade, tais contradições emergem reconciliadas, especialmente quando os núcleos semantizadores da questão têm seus significantes deslocados para outro território, o do mercado:

## A sustentabilidade como dispositivo de fala no jornalismo: da exclusão à reconfiguração do discurso ambientalista no jornalismo brasileiro

### AMAZÔNIA

#### Seringueiros passam a explorar madeiras

Seringueiros, símbolos da preservação das florestas da Amazônia, decidiram trocar o extrativismo da borracha para ingressar no mercado internacional de madeiras tropicais. A retirada do primeiro lote de madeira começou na semana retrasada no Projeto de Assentamento Extrativista Porto Dias, com 22 mil hectares, em Acrelândia (160km de Rio Branco-AC), na fronteira com a Bolívia. O manejo comunitário (sem devastação da floresta) em Porto Dias é uma experiência inédita no País. Está estimado em US\$ 460 mil. Trata-se de um projeto do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, financiado pelo G-7 (grupo dos sete países mais ricos), que já destinou US\$ 210 mil à experiência. O manejo de uso múltiplo da floresta foi concebido pelo CTA (Centro dos Trabalhadores da Amazônia), organização não governamental da qual Chico Mendes foi um dos fundadores (*Folha de S. Paulo*, 19 de outubro de 1997).

#### Comunidade onde viveu Chico Mendes é primeira a produzir madeira de forma ambientalmente correta no País

#### Selo verde chega a seringueiros do Acre

Até agora, só seis projetos de manejo haviam conseguido a certificação em toda a Amazônia brasileira – todos eles tocados por grandes empresas. “Há cerca de outros 15 projetos comunitários em fase de certificação”, disse André de Freitas, secretário-executivo do Imaflora, ONG que representa o FSC<sup>2</sup> no Brasil. Segundo ele, os seringueiros de Xapuri receberam rápido o selo porque o manejo é “simples, baseado em conhecimentos da comunidade” (*Folha de S. Paulo*, 2 de abril de 2002).

#### Certificação ambiental de madeira ajuda seringueiros da terra de Chico Mendes a elevar renda sem devastar a floresta

#### Xapuri produz coleção ecológica de móveis

Xapuri (AC) entrou para a história brasileira por causa da violência – o assassinato do seringueiro e líder ambienta-

lista Chico Mendes em 1988. Agora, a cidade pode fazer história com uma boa notícia: saiu de lá a matéria-prima para a primeira coleção de móveis ecologicamente correta feita com madeira da Amazônia. Mais importante do que a própria coleção, que será lançada terça-feira no Museu da Casa Brasileira, talvez seja o modelo usado para produzi-la. Ela resultou de uma aliança entre ex-seringueiros, um engenheiro florestal com doutorado em Harvard e alguns dos melhores *designers* brasileiros, como Carlos Motta, Claudia Moreira Salles e Etel Carmona, que coordena a coleção. O processo começou com a certificação de uma área de floresta em Xapuri, obtida em março. A certificação é uma espécie de selo verde, o qual garante que a extração da madeira é ecologicamente correta, socialmente justa e economicamente viável. Foi a primeira floresta comunitária do País a receber o selo do FSC. A certificação freou um processo de destruição da mata, conduzido pelos próprios seringueiros. [...] “Nós não sabíamos que estávamos agredindo a floresta”, diz Duda Mendes, 42, presidente da Associação dos Moradores e Produtores do Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes e primo do líder ambientalista assassinado. “Com a certificação da floresta, descobrimos que dá para ganhar mais dinheiro mantendo a mata em pé.” O engenheiro florestal Virgílio Viana, professor da Escola Superior de Agricultura da USP e doutor por Harvard, diz que, com a substituição do roçado pela madeira certificada, a renda anual das famílias deve subir de R\$ 1.000 para R\$ 6.000. Viana entusiasmou-se tanto com Xapuri que decidiu abrir, em 2000, uma fábrica de móveis no Acre em sociedade com Etel Carmona. “Não adianta só falar contra o desmatamento. Temos que mostrar que há saídas ambientais e sociais para as populações da Amazônia”, diz Etel. A saída ambiental é a mata certificada. A social, segundo ela, é agregar valor à matéria-prima. Não por acaso a coleção de móveis chama-se “Joias da Floresta” (*Folha de S. Paulo*, 26 de maio de 2002).

Vários aspectos presentes nos textos são importantes para a reflexão aqui proposta. Primeiramente, vale ressaltar o empenho quase entusiasta das abordagens na formação de consensos em torno da promessa de preservação ambiental e promoção social, oportunistizados pela preocupação desse novo ator, o mercado. As (más) notícias características da cobertura sobre temas ambientais podem, enfim, adotar perspectivas mais otimistas, o que parece ser oportunistizado pelo predomínio de uma racionalidade econômica e pela crença na tecnologia como condutoras da segurança e eficácia dos processos. Da forma como são construídos, os textos não deixam margem para dúvidas ou possíveis incertezas quanto às garantias do manejo madeireiro sustentável. A evidente contradição entre a manutenção das culturas extrativistas, com seus conhecimentos e práticas, e a implantação da exploração intensiva de madeira também não é posta em causa, prevalecendo uma perspectiva da lucratividade e rentabilidade do manejo. Nesse sentido, tal-

<sup>2</sup> O FSC – Conselho de Manejo Florestal (sigla em inglês de *Forest Stewardship Council*) foi fundado em 1993, em Toronto, Canadá, com sede atual em Bonn, Alemanha. A instituição credencia e monitora entidades certificadoras que se comprometem a aplicar os princípios e critérios adotados por ela. É uma organização não governamental que atua de forma independente, sem fins lucrativos, por iniciativa de instituições e empresas e pela pressão da sociedade europeia, preocupada com o avanço da destruição das florestas tropicais pelo mundo. Na época de sua criação, movimentos sociais europeus e norte-americanos, preocupados com o avanço do desmatamento na Amazônia e com as queimadas na Indonésia, resolveram boicotar os produtos florestais oriundos destas localidades. Além de aplacar a consciência de consumidores de madeira mundo afora, o selo garante um fluxo constante da matéria-prima com menos riscos de boicotes.

## A sustentabilidade como dispositivo de fala no jornalismo: da exclusão à reconfiguração do discurso ambientalista no jornalismo brasileiro

vez fosse produtivo indagar, com Georgheton Nogueira, as seguintes questões:

A identidade de “manejador” é construída como? Vem de onde? Seria uma identidade imposta? Particularmente, suspeito que esta construção esteja se dando paralelamente à desconstrução das racionalidades historicamente firmadas pelas comunidades humanas que se reproduzem historicamente na floresta. E, mais precisamente, a construção desta identidade estaria se dando num movimento de homogeneização das racionalidades, ou seja, das formas de conceber o mundo, dos valores etc. [...] Entendo que a mercantilização da natureza e dos povos que nela vivem é parte deste movimento. É o mundo e toda a sua diversidade reduzido (*sic*) à realidade do mercado<sup>3</sup>.

É curioso notar, ainda, que, apesar das várias referências à figura e à memória de Chico Mendes e do movimento dos

seringueiros, o foco no modelo acabou por silenciar exatamente o que houve de mais proeminente nesse movimento: o questionamento político do modelo de desenvolvimento. Sua memória é convocada apenas naquilo que oferece de potencial legitimador dos procedimentos em curso, como se estes fossem uma sequência natural, uma conquista até, das lutas levadas a cabo entre os anos 1970 e 1980 por aqueles movimentos extrativistas. Esta parece, com efeito, uma das manifestações mais bem configuradas daquele processo de apropriação de vozes de que falou Barthes, sobretudo quando se desconfia que a apropriação projeta significados visivelmente diversos dos construídos outrora. Se, por um lado, os conflitos e os dramas desses sujeitos são apagados, na lógica do próprio texto eles continuam a falar, mesmo que nos rastros e restos que insistem em não desgrudar do próprio gesto de “limpar”.

### Referências

BAITELLO, Norval. *A serpente, a maçã e o holograma: esboços para uma teoria da mídia*. São Paulo: Paulus, 2010.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade (A era da informação: economia, sociedade e cultura)*, Vol. 2, S. Paulo: Paz e Terra, 1999.

DI GIORGI, Danilo. Desenvolvimento sustentável: realidade ou hipocrisia. *Correio da Cidadania*, ed. 496, São Paulo, 22 de abril de 2006.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.

FONTENELLE, Isleide. *O nome da marca: McDonald's, fetichismo e cultura descartável*. São Paulo: Boitempo, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

FRERIS, Nicole & LASCHEFSKI, Klemens. Saving the wood from the trees. *The Ecologist*, v. 31, n. 6, p. 40-43, July/August, 2001.

GUIMARÃES, Isac de Souza. *A construção discursiva da florestania*. 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Niterói: PPGCOM/UFF.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo – a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2002.

LEIS, Hector. *Modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1999.

LIMA, Gustavo. O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável. *Revista Política & Trabalho*, UFPB, n. 13, p. 201-222, João Pessoa, setembro, 1997.

LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PAULA, Elder. *Trajetórias da luta camponesa na Amazônia acreana*. Rio Branco: Edufac, 2006.

RESENDE, Fernando. O discurso jornalístico contemporâneo: entre o velamento e a produção das diferenças. *Revista Galáxia*, n. 14, p. 81-93, São Paulo, dezembro, 2007.

SACHS, Wolfgang. *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2000.

VILLAR, Roberto. Jornalismo ambiental – evolução e perspectivas. In: SEMINÁRIO IMPRENSA E PANTANAL. Campo Grande: Laboratório Ambiental de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMGs), 1997.

<sup>3</sup> NOGUEIRA, Georgheton. Manejo comunitário madeireiro: uma falha de concepção. *Jornal Página 20*, 12 de março de 2007, coluna “Papo de Índio”.